

POLÍTICA DE PRIVACIDADE – ROBERTO ROMANO ADVOGADOS

Última atualização: 09.12.2025

A presente Política de Privacidade explica como o **Roberto Romano Advogados** (“Escritório”, “nós”) coleta, utiliza, compartilha e protege os dados pessoais de usuários do site, clientes, potenciais clientes, representantes legais, fornecedores, colaboradores e demais titulares que se relacionam conosco.

Nosso compromisso é assegurar o tratamento de dados pessoais com **transparência, segurança, ética profissional e conformidade** com a **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei nº 13.709/2018)**, com o **Estatuto da Advocacia (Lei nº 8.906/94)**, o **Código de Ética e Disciplina da OAB** e com demais normas aplicáveis à atividade jurídica.

O uso de nosso site ou o envio de informações ao Escritório pressupõe a ciência e aceitação desta Política.

1. CONTROLADOR E CONTATO DO ENCARREGADO (DPO)

O Escritório atua, em regra, como **controlador** dos dados pessoais tratados no exercício de suas atividades jurídicas.

Para assuntos relacionados a esta Política ou ao exercício de direitos do titular, disponibilizamos o contato do **Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais (DPO)**:

Encarregado (DPO): Paulo Roberto Romano

E-mail para contato: dpo@robertoromano.adv.br

2. TITULARES ABRANGIDOS POR ESTA POLÍTICA

Esta Política se aplica ao tratamento de dados pessoais pertencentes a:

- Clientes pessoa física;
 - Representantes e prepostos de clientes pessoa jurídica;
 - Empregados, ex-empregados e candidatos a vagas;
 - Testemunhas, partes contrárias e demais indivíduos envolvidos em processos sob nossa responsabilidade;
 - Usuários do site e pessoas que interagem conosco por formulários, newsletters ou redes sociais;
 - Prestadores de serviço e parceiros.
-

3. QUAIS DADOS PESSOAIS COLETAMOS

O Escritório pode coletar diferentes categorias de dados pessoais, conforme a relação estabelecida:

3.1. Dados de identificação e contato

Nome, CPF, RG, CNH, endereço, e-mail, telefone, profissão, estado civil, assinatura.

3.2. Dados profissionais e empresariais

Cargo, informações de qualificação, representação societária, procurações, contratos.

3.3. Dados financeiros

Comprovantes de renda, dados bancários, informações contábeis fornecidas pelo titular ou pela empresa cliente.

3.4. Dados sensíveis (quando necessários)

Informações de saúde, origem racial ou étnica, filiação sindical, dados biométricos, informações de processos criminais, dados sobre menores, vida sexual ou outros dados definidos como sensíveis pela LGPD.

O tratamento de dados sensíveis ocorre **somente quando indispensável** à prestação dos serviços jurídicos, ao cumprimento de obrigações legais ou ao exercício regular de direitos.

3.5. Dados coletados automaticamente no site

A depender das configurações do navegador e do consentimento do usuário:

- Endereço IP
- Geolocalização aproximada
- Cookies e identificadores únicos
- Dados de navegação, tempo de visita, páginas acessadas

4. FINALIDADES DO TRATAMENTO E BASES LEGAIS

Tratamos dados pessoais para finalidades legítimas e compatíveis com a advocacia, tais como:

4.1. Prestação de serviços jurídicos

Análise de casos, elaboração de contratos, petições, pareceres, representações processuais, consultoria preventiva, contencioso judicial e extrajudicial, reuniões, orientações estratégicas.

4.2. Gestão administrativa, fiscal e contábil

Faturamento, pagamentos, folha, registro de despesas e obrigações tributárias/trabalhistas.

4.3. Gestão de relacionamento com clientes e potenciais clientes

Envio de comunicações relacionadas ao serviço contratado, mensagens institucionais, convites para eventos, atendimento de solicitações.

4.4. Marketing jurídico ético e permitidos pela OAB

Envio de boletins jurídicos, artigos, informativos, desde que o titular tenha manifestado interesse ou consentimento.

4.5. Recrutamento e seleção

Recebimento e análise de currículos, entrevistas, verificações profissionais.

4.6. Segurança física e lógica

Controle de acesso, prevenção a fraudes, detecção de incidentes de segurança.

5. COMPARTILHAMENTO DE DADOS PESSOAIS

O Escritório **não comercializa** dados pessoais e só os compartilha quando necessário para:

- Cumprimento de obrigações legais;
- Representação judicial ou administrativa perante tribunais, órgãos públicos, arbitragens;
- Prestação dos serviços jurídicos;
- Execução de contratos com fornecedores.

5.1. Exemplos de terceiros com quem podemos compartilhar dados

- Softwares jurídicos e serviços de armazenamento em nuvem;
- Contabilidade e serviços financeiros;
- Correspondentes e escritórios parceiros;
- Peritos, consultores técnicos e auditores;
- Plataformas de comunicação e videoconferência;
- Órgãos reguladores, ANPD, OAB, Poder Judiciário.

Todos os terceiros são vinculados por **cláusulas de confidencialidade** e **obrigações de proteção de dados**, atuando como operadores ou corresponsáveis, conforme o caso.

6. SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Adotamos medidas técnicas e administrativas aptas a proteger dados pessoais contra acessos não autorizados, destruição, perda, alteração ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, incluindo:

- Controle de acesso por autenticação segura;
- Criptografia de dados em trânsito;
- Ambiente de rede protegido;
- Políticas internas de confidencialidade;
- Treinamento periódico da equipe;
- Monitoramento de logs e rastreabilidade de operações;
- Armazenamento seguro de documentos físicos e digitais.

Embora utilizemos práticas robustas de segurança, nenhum sistema é absolutamente imune. Caso ocorra incidente relevante, o Escritório adotará providências, inclusive comunicação à ANPD e aos titulares, conforme previsto na LGPD.

7. RETENÇÃO E DESCARTE DE DADOS

Os dados pessoais são mantidos:

- Pelo tempo necessário à prestação dos serviços jurídicos contratados;
- Pelo período exigido por obrigações legais, regulatórias ou prazos prescricionais;
- Para resguardar direitos do Escritório em eventuais processos futuros.

Após esse período, os dados podem ser **anonimizados** ou **eliminados de forma segura**, conforme nossas políticas internas.

8. DIREITOS DO TITULAR DE DADOS

Os titulares possuem os direitos previstos na LGPD, incluindo:

- Confirmação da existência de tratamento;
- Acesso aos dados pessoais;
- Correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;
- Anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários ou excessivos;
- Portabilidade, quando aplicável;
- Revogação do consentimento (quando a base jurídica for consentimento);
- Informação sobre compartilhamento;

- Oposição a tratamentos indevidos;
- Reclamação à ANPD.

As solicitações deverão ser enviadas ao canal indicado no item 1. Para segurança, o Escritório poderá exigir **comprovação de identidade** do solicitante.

9. COOKIES E TECNOLOGIAS DE NAVEGAÇÃO

Nosso site pode utilizar:

- **Cookies essenciais** (necessários para o funcionamento do site);
- **Cookies de desempenho** (análises estatísticas e métricas);
- **Cookies funcionais** (melhoram a experiência do usuário);
- **Cookies de terceiros** (integração com plataformas de analytics ou redes sociais).

O usuário pode gerenciar ou desativar cookies nas configurações do navegador, ciente de que isso pode impactar a funcionalidade do site.

10. TRANSFERÊNCIA INTERNACIONAL DE DADOS

Alguns de nossos fornecedores de tecnologia podem armazenar ou processar dados fora do Brasil. Nessas hipóteses, asseguramos que a transferência internacional ocorra conforme os requisitos da LGPD, utilizando mecanismos adequados de proteção contratual.

11. ALTERAÇÕES DESTA POLÍTICA

Esta Política pode ser atualizada periodicamente, para refletir mudanças legislativas, regulatórias, tecnológicas ou operacionais. A versão vigente estará sempre disponível em nosso site, com a data da última atualização.

12. CONTATO

Para quaisquer dúvidas, solicitações ou exercício de direitos relacionados a esta Política, entre em contato com:

Encarregado (DPO): Paulo Roberto Romano

E-mail: dpo@robertoromano.adv.br